

MEMÓRIA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: APONTANDO TENDÊNCIAS

Ângela Maria Barreto

Resumo: A reflexão pretende chamar a atenção para a necessidade da preservação e da disseminação da experiência coletiva, na sociedade contemporânea, como garantia de manutenção da civilização. Para isto, aponta para a memória social, mostrando sua trajetória ao longo da história humana, bem como os suportes utilizados em seus registros. Ao apresentar aspectos da sociedade contemporânea, marcada pela presença forte das novas tecnologias, aborda pontos frágeis que têm ameaçado a Memória Social, ao mesmo tempo em que prevê um futuro otimista, a exemplo da história da humanidade, no sentido de uma reordenação do simbólico que restabelecerá uma relação própria memória/sociedade, o que já é possível perceber pelas tendências de valorização das instituições da memória e democratização do patrimônio histórico.

Palavras-chave: Memória: sociedade contemporânea; Preservação: memória social.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em memória, logo nos salta à mente certa propriedade particular de conservar informações, o que incide sobre um conjunto de funções psíquicas e nos remete aos estudos da biologia, da psicologia, da psicofisiologia, da neurofisiologia. Talvez por isto, a memória é vista articulada aos sistemas de educação, pois que a noção de aprendizagem a ela remete; vê-se também a memória como reflexão filosófica, como autobiografia, como história, etc. Memória interliga-se à informação e ao conhecimento. Aristóteles (ABBAGNANO, 2003, p.175) que compreende o conhecimento pela articulação das faculdades sensível e intelectual fala em graus de conhecimento, sendo a memória um deles e resultado da convergência entre percepção e imaginação. O filósofo concebe o conhecimento como potencial em formação, que se configura e enriquece pelo acúmulo de informações. Ainda que a questão aristotélica que compreende e se refere à informação e ao conhecimento articulados à memória nos diga respeito, uma vez que se articula com a geração, uso e acesso à informação, neste momento, e especificamente aqui, se pretende articulá-la às práticas sociais de construção e transmissão da memória

coletiva, forma escolhida para se pensar em questões da memória na sociedade contemporânea.

Ao refletirmos sobre a Memória na Sociedade Contemporânea, somos levados a considerá-la na interação entre múltiplas áreas, co-produtoras umas das outras, e não podemos excluí-la de um pensar sócio-antropológico. Neste aspecto, a memória é percebida na interseção sujeito/cultura, o que amplia sua propriedade estática de conservar informações, imputando-lhe certo dinamismo, exigência própria para a ação de reconstrução das experiências passadas, já que é esta uma forma encontrada pela sociedade para pensar a si própria, quer seja por meio da sua relação com o passado.

Vê-se uma equivalência de sentidos entre a memória pessoal e a social, pois ambas são unidades elementares na transmissão, garantindo a reprodutividade, uma da espécie e a outra da civilização. Memória, no entanto, não é memorização, pois que é menos uma função nata e mais uma função social criada pelo homem. Não deve ser vista como hábito de repetir imagens, mas como fenômeno inconsciente que se torna útil à necessidade presente, que assegura a reprodução e a transformação dos comportamentos em sociedade. Articula-se com a representação simbólica, o que aponta para sua condição semiológica. Pode-se dizer da função social da memória, com origem comunicativa. Memória decifra o que somos hoje, o que já não somos mais.

Nora (1993) fala do lugar da memória, no coração das identidades, isto é, diz respeito à identidade, ao pertencimento, com o fluir da vida social. Portanto, é menos um mecanismo de recepção e armazenamento de experiências e mais um processo dinâmico e interativo que se desenrola no cotidiano do social, por meio do processo comunicacional. Nessa interação preenche-se o espaço entre a realidade objetiva e a subjetividade. Nesse movimento ocorre um diálogo entre símbolos que fazem parte da cultura de muitos sujeitos, levando-os a expressar como se percebem, como participam da cultura, e como se constroem em suas identidades.

LeGoff salienta que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”(1990, p.426).

O que se sabe é que memória é resultado dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido e que o “transmitimos para que o que

vivemos, cremos e pensamos não venha a morrer conosco” (DEBRAY, 2000, p.16), pelo puro desejo de imortalidade.

Com o estabelecimento da sociedade da informação é possível perceber significativas alterações nos sentidos da memória e na sua constituição, oriundos de profundas mudanças nas práticas sociais. Estas questões se tornaram importantes, visto que um novo período da cultura está em andamento, e suas transformações incidem sobre alterações na forma de pensar os processos informacionais, objeto de estudo de diferentes profissionais. Necessário se faz repensar o papel que a memória social vem adquirindo em nossa vida cotidiana, uma vez que cada momento a concebe de maneira que lhe é próprio.

2 MEMÓRIA

Não é fácil conceituar memória, mas é possível pontuar-lhe alguns atributos.

Sabe-se que a memória liga-se à cultura e imuniza o organismo coletivo contra a desordem da agressão. Ela é uma espécie de guardião da integridade de um “nós”, que garante a sobrevivência de um grupo pela partilha entre indivíduos que são comuns. Desta maneira, opera como corpo, para fazer passar de ontem para hoje o corpus de conhecimentos, valores ou experiências que consolidam a identidade de um grupo. Sobre ela, Debray (2000, p.19) vai dizer:

“Transmite-se o fogo sagrado, o capital cultural ou simbólico, o patrimônio, o que deve assimilar o trigo que leveda para que o pão conserve seu gosto”.

Conservar o gosto, manter pulsando a vida em sociedade implica na atualização dos quadros sociais, o que só é possível pelo reconhecimento e reconstrução de lembranças articuladas entre si. Memória, enquanto acervo de lembranças, não é um mero produto resultante do acúmulo de vivências, mas um processo que se faz no presente para atender às necessidades do presente. Esta característica permite sua reconstituição de maneira distinta do fluxo das vivências, o que ocorre a partir da localização espaço/tempo que o grupo define. É neste sentido que o passado não é conservado pela evocação das lembranças, mas reconstruído numa dimensão presente. É neste aspecto que memória e história se diferenciam, ainda que até há pouco tempo, viam-se confundidas. A história não produz

memória, quem a produz é um grupo social, a história utiliza-se da memória para seu trabalho sobre reconstituição de uma época e lugar.

A memória trabalha sobre o tempo, porém sobre um tempo experienciado pela cultura. Nela, o tempo passado é reconstruído e revivenciado, o que traz um efeito restaurador, uma vez que permite a ressignificação do sentido existencial, atualizando conteúdos experimentados. A memória costura, tece o passado no presente, compondo tramas e enlaçando-se em novas possibilidades existenciais.

A História busca também reconstruir uma trajetória sócio-existencial decorrida nos tempos e nos lugares, só que a partir de uma reconstrução lógica “entendida como o trabalho que cada época realiza o que já existia anteriormente, mas que não se podia incluir num sistema de imagens”(SCHIMIDT & MAHFOUD, 1993, p.293).

Mesmo apoiando-se em formas distintas de reconstrução do tempo, há que se considerar fundamental o papel da memória para o processo da História. Depreende-se que a memória e a história são intrínsecas. A primeira é a grande protagonista desta, dando vida às produções culturais e significando momentos e experiências para os grupos.

Memória é ação de autorepresentação de uma sociedade, é como um grupo se vê e se produz a partir do passado. Mas não é tudo que toma corpo como memória. Muitas experiências permanecem abstratas, outras permanecem como imagem e algumas, sim, podem ser vivificadas enquanto memória. Isto ocorre porque a memória precisa de um grupo de referência que lhe dê consistência, pois “a vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança” (SCHIMIDT & MAHFOUD, 1993, p.288).

A cada tempo, a humanidade engendrou suas práticas sociais e conservou suas experiências para transmiti-las a gerações seguintes de maneiras diversas, de forma que se pode dizer de uma trajetória da memória, de uma história da memória, história das formas de significá-la, conservá-la e recuperá-la.

2.1 História da Memória

LeGoff (1990, p. 423-483), propõe algumas fases para a história da memória:

- 1- Memória oral;

- 2- Memória oral em que a memória escrita ou figurada tem função específica;
- 3- Fase medieval de equilíbrio entre as duas memórias;
- 4- Fase moderna onde a memória escrita é fator decisivo e, para reagrupar os desenvolvimentos do último século,
- 5- Fase da memória em expansão.

Antes da escrita, o tempo fora guardado pela memória dos indivíduos, organizada e garantida pelos grupos, pelos especialistas da memória. Nas sociedades sem escrita existiram os chamados “homens-memória”, ou seja, os próprios guardiões da história objetiva e ideológica que mantinham o papel de manter a coesão dos grupos. Eram eles idosos chefes de família, bardos ou sacerdotes (LEROI-GOURHAN, 1981, p.66). Nessas sociedades a memória coletiva mantinha-se em três pilares: idade coletiva do grupo, prestígio das famílias dominantes e saber técnico ligado à magia religiosa. A memória era transmitida pelo aprendizado, mas não era uma memorização de palavra por palavra, um produto de rememoração exata, mas uma evocação inexata. Diferente do que se veria mais tarde, nesta sociedade não havia procedimentos mnemotécnicos. Para eles, bastava a transmissão de conhecimentos secretos e a vontade de uma memória menos repetitiva e mais criadora.

O aparecimento da escrita produziu grandes transformações na memória coletiva, com duas possibilidades de memória. A primeira, sob a forma de inscrição. Um exemplo significativo é a celebração de acontecimentos por meio de monumentos comemorativos, estelas e obeliscos em homenagens aos feitos de reis e monarcas, acompanhadas, ou não de inscrições. As vitórias e as lutas podiam ser lembradas por representações figuradas e inscrições. A segunda mudança significativa, sem dúvida, refere-se ao documento escrito, que também tinha o caráter de monumento. O documento escrito aparece com muitas funções, sendo que “uma é o armazenamento de informações que permite comunicar-se através do tempo e espaço”. (GOODY apud. LE GOFF, 1990 p. 433). Curioso, o aparecimento do mnemon, pessoa que guarda a lembrança do passado com vista a uma decisão judicial. Inscreve-se na área do Direito a função social

da memória. Estas memórias vivas, posteriormente, se transformam em profissionais arquivistas, e têm em Thot, deus egípcio, seu patrono.

A escrita consolidava-se como meio de memória. Para o filósofo Platão (ver Fedro em Sócrates, 274c-275b) a escrita enfraqueceria a memória, pois o indivíduo deixaria de exercitá-la por confiar nos registros da escrita. O homem conspurcaria a dádiva de Mnemosine, a musa que nos permite guardar as impressões na alma.

Na Idade Média, a memória sofre outra grande transformação. Passa a ser essencialmente para a difusão da doutrina cristã. Trata-se da cristianização da memória e o catolicismo, a religião da recordação. Memória dos Livros Sagrados, dos Santos, dos túmulos dos Santos e Papas, denominados Memorial e dos livros de memória, necrólogos ou obituários, onde se evocava os nomes dos benfeitores da Igreja. O costume dos ex-votos vem garantir a lembrança do milagre realizado ou da graça alcançada. O cotidiano cristão vive na memória da palavra de Jesus. Vem da época, a contribuição de Santo Agostinho à retórica, acrescentando à arte antiga o componente da memória, trazida pelas imagens da alma. Aliás, para o santo, a memória é um dos poderes da alma, junto com a inteligência e a providência.

O escrito desenvolveu-se paralelamente ao oral e há equilíbrio entre memória oral e escrita, no entanto, o impresso possibilita a expansão da memória. Leroi-Gourhan, (apud LE GOFF, 1990, p.457) nos posiciona a respeito:

até o aparecimento da imprensa dificilmente se distinguiu entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, como um quadro imutável, desde a Antigüidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assistiu-se então à exteriorização progressiva da memória individual, é do exterior que

se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito.

Não só a memória coletiva alterou-se, mas a condição humana vista sob o prisma da inteligência e da racionalidade. É a revolução da imprensa que marca o enfraquecimento da “arte da memória” tão valorizada pela escolástica e que vai perdendo força no movimento humanista que caracteriza a Idade Moderna. O movimento científico inaugura a hegemonia do escrito e com isto aparece um tipo específico de sociedade, a sociedade leitora. Segundo Lajolo e Zilberman, (1996, p.14) a sociedade leitora é um fenômeno que

princípios na Europa, aproximadamente, no século XVIII, quando convergiram fatores que vinham tendo desdobramento autônomo. Nessa época, a impressão de obras escritas deixou de ser um trabalho quase artesanal, exercido por hábeis tipógrafos e gerenciado pelo Estado, que por meio de alvarás e decretos, facultava, ou não, o aparecimento de livros.

Daí em diante, a primazia do escrito supera o próprio poder vigente. Desde o século XV foi criado o mito da importância da palavra escrita, a possibilidade de que o mundo poderia ser lido.

No alargamento da memória coletiva, teve papel decisivo o aparecimento das enciclopédias, de toda espécie e que são publicadas para usos diversos. O grande sonho de reunir todo o conhecimento num único documento estava sendo realizado.

Os estoques de memória se expandiam e para se fazerem sentidos precisavam ser refeitos incessantemente, com ajuda de elos vivos e pela tarefa da mediação, para a circulação do conhecimento. Este papel ficou a cargo das instituições de memória que com seus instrumentos, variados modos de difusão: textos, imagens, sons, etc., traçam signos e abrem vias para a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade. Afinal, os estoques de memória não se depositam por si mesmos. São criados, no século XVIII os depósitos centrais de arquivo, como exemplo se tem a Casa de Savóia em Turim, São Petersburgo, em 1720, Maria Teresa em Viena, em 1749 e outros. Após a Revolução Francesa, que representa marco para a memória, as Instituições de Memória são convidadas a expandir-se. Na

França, a criação dos Arquivos Nacionais, em 1790 e em 1838 o Public Record Office, em Londres, dentre outros. São instituições que inauguram uma nova fase na história, disponibilizando documentos da memória nacional.

Além dos Arquivos, são criados e abertos museus para visitação pública, o Louvre, em 1750 -1773, o de Cassel, em 1779, o Clementino do vaticano, em 1773, o Prado, em Madri, em 1785, o de Berlim, em 1830, para citar alguns. As Bibliotecas também conheceram o desenvolvimento da época. Em 1731, a Biblioteca de Associações, na Filadélfia, criada por Benjamim Franklin, é exemplo do que se está falando.

Além das instituições de memória os monumentos de memória reascendem em suas expressões, por assinalarem a memória de um povo incitando-o a comemorar grandes acontecimentos e feitos históricos. As construções de monumentos em memória aos mortos aparecem com força na Sociedade Moderna.

O aparecimento da fotografia é um acontecimento que revoluciona a memória social, por permitir “guardar o tempo”. Outros suportes de registros da memória vem, cada qual a seu modo, integrar-se à trajetória da humanidade sugerindo formas de se armazenar, tratar e disseminar a memória social. Quanto a esta questão, LeGoff (op. cit., p. 427) vai propor cinco períodos da memória: o da transmissão oral, o da transmissão da escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica.

Assim, cada época recorre aos meios técnicos de registro e transmissão da experiência social como forma de transmitir e fixar a herança humana.

A partir de 1950, uma verdadeira revolução na memória acontece e inicia-se a dita memória eletrônica. Uma nova configuração social se coloca em andamento à Sociedade Contemporânea.

A Sociedade contemporânea é denominada por diferentes nomes - Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade em Rede - propiciados pelos diversos olhares, mas o contexto que a suscitou é o mesmo. Trata-se de um contexto resultante da convergência de uma base tecnológica que possibilitou a representação da informação em forma digital, alterações significativas na dinâmica da indústria e o crescimento da

INTERNET (TAKAHASHI, 2000), para simplificar tamanha complexidade do movimento.

Para compreendermos os pressupostos desta nova configuração é preciso destacar muitos aspectos, dentre eles as transformações tecnológicas, organizacionais, geopolíticas, comerciais e financeiras, institucionais, culturais e sociais. Contudo, para nosso propósito, as alterações nos processos comunicacionais terão maior ênfase já que estão ligados, diretamente, às questões da memória e da cultura.

A convergência de saberes – microeletrônica, computação e telecomunicações impulsiona as tecnologias da informação e da comunicação – TICs - que permitiram a aplicação de conhecimentos para geração de novos conhecimentos e criaram dispositivos de processamento da comunicação/informação, em um ciclo cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999). Obviamente, esta inovação tecnológica ocorreu de modo isolada. Vários acontecimentos históricos na área da ciência e da tecnologia a engendraram, tais como:

- 1947- o transistor possibilitou o processamento de impulsos elétricos;
- 1951- invenção do transistor de junção;
- 1954- uso do silício na fabricação de materiais
- 1957- aparecimento do circuito integrado;
- 1990- circuitos à base de silício e transformação do processamento e armazenamento de dados centralizados em sistema compartilhado: as redes, o que provoca mudanças não apenas na tecnologia, mas nas interações sociais e organizacionais;
- 1995- ocorre a privatização da INTERNET e com ela surgem novas formas de comunicação e trocas de experiências.

Obviamente, estes avanços tecnológicos trouxeram imensas contribuições aos processos de comunicação, acelerando o fluxo das informações, possibilitando-lhes a simultaneidade. No entanto, por ser uma sociedade que rompe com a continuidade dos vínculos de espaço e tempo modifica, radicalmente, a configuração social. Ianni (1997) trata isto como deslocamentos e Giddens (apud KEMP, 2003) como desencaixes.

Vê-se intensas modificações na esfera da cultura. Os novos processos comunicacionais, além de acelerarem o acesso às informações, permitem novas trocas de experiências e relacionamentos no mundo dos negócios, da política, do lazer e da própria relação entre pessoas.

No momento, passa-se de uma cultura analógica à digital, possibilitada pela seriação eletrônica. Surge um novo momento da cultura, que Lèvy (1999) chamou de Cibercultura, cujas alterações sociais provocam revoluções em todas as dimensões da existência. Um novo local, um não lugar – ciberespaço- aparece possibilitando a constituição da noosfera, um lócus virtual de convergência das idéias, da percepção e da memória (LÈVY, 2001) .

2.2 Memória e Sociedade Contemporânea

Creemos que uma das questões básicas da memória na sociedade contemporânea, além das intensas alterações na configuração social, seja o fato de que, cada vez mais, seus registros encontram-se “cada vez menos ligados ao objeto físico que a contém” (LEVACOV, 1997). É uma questão de mudança de paradigma.

Se a escrita, posteriormente intensificada pela imprensa, propiciou o registro das informações em diversos suportes materiais,

com a intensificação da presença da informática – que permite a criação, captura e gestão da informação na sociedade contemporânea - inicia-se um processo de mudança de paradigma existente, disparando a percepção do valor da informação e, numa visão mais direcionada, contribuindo para o advento do que se chama Arquivística Pós Custodial . (ANDRADE, 2006, p.151).

Por outro lado, ainda não se consolidou um modelo de sociedade informatizada capaz de assegurar a proteção dos conteúdos informacionais digitais. Busca-se, a todo instante, alternativas, melhorias nos softwares, procedimentos de digitalização (SILVA, 2005), formação e desenvolvimento de pessoal para o trabalho com as novas tecnologias. Além disto, a nova configuração social leva-nos a considerar a memória social numa perspectiva de futuro incerto, já que nos deparamos com uma sociedade na qual se vê desequilíbrios face às velozes e constantes alterações nos quadros sociais, alterações nas relações do sujeito com seu grupo identitário, transformando a forma de se pertencer, socialmente (KEMP, 2003).

A preocupação com esta situação, no entanto, não é só nossa, mas de toda sociedade, de órgãos públicos, ou não. Os debates sobre políticas de preservação ampliam-se. Por isto, já podemos apontar duas tendências que, certamente, irão redirecionar o caminho da memória na sociedade contemporânea, a saber:

a) A retomada da importância do papel das Instituições de Memória, em especial a dos Arquivos Públicos.

A UNESCO, em 1992, preocupada com a preservação, criação e manutenção das diferentes instituições de memória e de seus acervos, criou o Programa “Memória do Mundo”, propondo que se intensifique “os esforços visando a preservar a informação...” (UNESCO, 2005 apud MATOS, 2006).

No Brasil, o Programa Memória do Mundo da UNESCO é representado pelo Comitê Nacional do Brasil, criado pela portaria 259, de 2/9/2004 e em suas atividades abre candidaturas de acervos documentais à nomeação do Registro Nacional.

Na esfera da arquivologia, vê-se intenso trabalho do Arquivo Nacional, por meio do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivo -, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional. O CONARQ disponibiliza a Legislação Arquivística Brasileira, atualizada em 2006, portanto recente; cria e disponibiliza a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, em sua home page www.conarq.arquivonacional.gov.br. Interessante, ainda, ressaltar que Resolução nº. 25, de 27 de abril de 2007, deste Colegiado, apresenta um Modelo de Requisitos para Sistemas

Informatizados de Gestão Arquivística e o recomenda aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.

Em nível internacional enfatiza-se os referenciais da ISO – International Standard Organization para salvaguarda de documentos

b) O Patrimônio Cultural articulado à formação da cidadania.

A ampliação da noção de patrimônio para os bens imateriais e naturais pode nos oferecer a dimensão da preocupação que este momento histórico, que estamos vivenciando, tem para com a questão da preservação das diversas manifestações da experiência humana, o que incide sobre a questão da memória e de seus lugares. Fonseca (2005) analisa os diversos documentos referentes à política de preservação do patrimônio cultural, no âmbito nacional e internacional e vai apontar para sua maior democratização o que, contudo, não pode prescindir de uma maior participação da sociedade, além de contemplar a recepção destes bens por parte dos diversos segmentos sociais.

A recepção dos bens culturais propicia um diálogo, um verdadeiro exercício de cidadania, por isto as instituições de memória podem ser instituições formadoras, não só preservadoras. Ações culturais, sociais e educativas, têm sido propostas por algumas instituições de memória como museus, centros de documentação, bibliotecas e mesmo arquivos públicos, como é o caso do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (MATOS, p.29 39) que contou com iniciativas deste porte, durante muitos anos.

3 APONTANDO TENDÊNCIAS

As idéias são disseminadas e reproduzidas pela memória social, constituindo-se elementos de manutenção da vida social. Ao analisarmos a trajetória das formas de preservação e disseminação da memória, podemos notar que muitas alterações foram possíveis.

No passado, as idéias eram transmitidas pelos mitos e rituais que se constituíam o acervo da memória de um grupo social. Com a escrita aparece uma memória autônoma que transcende o sujeito. Com a imprensa as idéias foram capazes de reproduzirem-se por si mesmas. Vê-se na história da cultura que o acesso à escrita garante a superação das formas de

transmissão orais, assim como esta garantiu a superação do mundo concreto, exteriorizado e imediato. A imprensa desenvolve novas formas de acesso ao escrito, difundindo-o e melhorando o acesso às informações. Mesmo em condições de mudanças, as memórias continuaram a se referir a um conjunto de experiências ditadas por sujeitos, no mundo.

Atualmente, com as novas tecnologias as idéias não remetem a contextos experienciados sob a forma de o sujeito ser e estar no mundo, estão, ao mesmo tempo, em todo lugar da Rede, transpõem as barreiras do tempo e do espaço, formando um ciberespaço que amplia sua capacidade de transmissão.

Pode-se dizer de uma desintegração das memórias pelo conjunto dos vestígios, a carência de saber por superabundância de informação.

Estas observações são conjecturas, pois se observarmos a trajetória da humanidade veremos que o manuscrito e mais tarde o impresso foi um modo de memória que de alguma forma, criou um afrouxamento simbólico, mas que restabeleceram uma relação própria reorganizando, assim, as formas de sociabilidades em torno dos novos meios de comunicação. Além disto, já estamos percebendo que na nova configuração social há preocupação com as formas de reorganização da memória, com a busca de um equilíbrio para os deslocamentos e o afrouxamento simbólico provocados pelas TICs.

Está se falando das tendências apontadas, o fortalecimento das Instituições da Memória e, muito particular, dos Arquivos Públicos ocupando lugar de destaque na sociedade do porvir, no sentido de que a eles cabe além do papel tradicional de guarda, conservação, armazenamento e disseminação, o de promover o exercício da cidadania.

Os Arquivos Públicos são preciosos repositórios de grande diversidade documental, desde os documentos textuais aos iconográficos, sonoros, imagéticos, cujos conteúdos referem-se a diversas áreas – artística, científica, administrativa, literária, etc.-. , portanto, se apresentam como valor cultural significativo, especialmente os acervos dos Arquivos Históricos que já alcançaram o status de permanência. Devido a sua importância na preservação e na transmissão da cultura às gerações, na garantia de um nó identitário, e em função das necessidades crescentes de informação, em todas as esferas da sociedade, o Arquivo Público torna-se de vital importância social e a ele se credita atributo de continuidade da história humana, particularmente neste momento de explosão

informacional, de massificação de costumes e idéias, onde as culturas locais se mostram híbridas.

O tratamento arquivístico, neste contexto, deve prever as formas possíveis de pesquisa e recuperação da informação e, neste sentido vê-se as novas Tecnologias de Informação e Comunicação que ampliam o seu potencial e favorecem a disseminação de conteúdos arquivísticos.

Vê-se também um esforço de democratização da informação por parte das Políticas Públicas (ex. Livro Verde) para inserir o País na Sociedade da Informação, o empenho por parte de organismos sociais para promoverem o acesso à informação dos Arquivos Públicos, o que é possível por meio de um planejamento arquivístico pautado em processos normalizados, padronizados, ainda que contextualizados, e que permitam o compartilhamento.

Organismos internacionais como a ISO – International Standart Organization – e nacionais como o CONARQ apresentam referencias para preservação, armazenamento a partir da digitalização de documentos.

Também se diz da democratização do acesso aos bens patrimoniais, pensado como direito e garantia do cidadão.

A experiência humana tem caráter acumulativo e isto se deve, principalmente, à possibilidade do registro dos fatos e vivências que, conseqüentemente, formam um conjunto de crenças, valores, conhecimentos técnicos, artísticos, literários, científicos, religiosos, filosóficos com força e significado. Este patrimônio cultural é preservado, conservado, tratado para posterior transmissão às gerações. Como se viu, anteriormente, a transmissão ocorre de várias maneiras, não excludentes, e tem como propósito acolher o sujeito em seu meio social, inseri-lo, para que este possa construir-se e participar da construção do coletivo, de forma ativa.

A questão da transmissão da cultura, de geração a geração, se insere nos processos ensino/aprendizagem, pesquisa, trabalho, participação na vida política, enfim, diz respeito à sobrevivência do convívio social. Para tanto, há necessidade de apropriação, por parte do sujeito, do patrimônio cultural, o que tem sido enfatizado em vários segmentos da sociedade contemporânea. Pela apropriação, o sujeito é capaz de

reconhecê-lo, transformá-lo e, assim, exercer seu direito a participar, efetivamente, da sociedade de seu tempo.

É neste aspecto que se fala da importância do Patrimônio Cultural para a formação e exercício da cidadania. O acesso a ele, ao mesmo tempo, constitui-se acesso à fonte de informação sobre “nós”, sobre o fazer social. Ações de promoção deste acesso são facilmente identificadas nas escolas, em instituições educativas e ou de desenvolvimento social e tendem a ampliarem-se, dentro de uma perspectiva formadora, ligada ao fazer humano.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2003.
- ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, Memória e a Formação do Profissional Arquivista. *Arquivística. net* Rio de Janeiro, v.2,n.1,p 149-159, jan./jun.,2006, disponível em www.arquivistica.net, acesso em 06/05/2007.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- DEBRAY, Régis. *Transmitir: o segredo e a força das idéias.s* Petrópolis, Vozes, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de janeiro: editora UFRJ/MINC/IPHAN, 2005, 295p.
- IANNI, Otávio. Formas Sociais do Tempo. São Paulo, *Revista de Antropologia USP*, v.37, 1997, p.57-81.
- KEMP, Kênia. Identidade Cultural. In: *Antropos e Psiquê: o outro e sua subjetividade* ; organização de Silas Guerreiro. 4. ed. São Paulo, Olho D'Água, 2003.
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- LEGOFF, J. *História e Memória*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- LEROI_GOURHAN A. *Le geste et la parole*. Lisboa, Edições 70, 1981.
- LEVACOV, Marília Bibliotecas Virtuais: ® evolução? . *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2, maio/ago.1997.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. *As Inteligências Coletivas*. São Paulo, SESC, 2001. Disponível em <http://www.gogle.com.br/sesc.Pierre.Levy.htm>. Acesso em 09/04/03

MATOS, Maria Teresa N. de Britto. A Disseminação da Informação nas Instituições Arquivísticas Públicas: a experiência do Arquivo Histórico Municipal de Salvador IN: *O ideal de Disseminar: novas perspectivas, outras percepções*; organização de Kátia de Carvalho e Anna Friedericka Schwarzelmüller. Salvador, EDUFBA, 2006. p. 29-40.

NORA, Pierre. Entre Memória e história; a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29.

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. *Psicologia USP*. São Paulo, v.4, n.1/2, 1993, p. 285-298.

SILVA, Rubens R.G. da Manual de Digitalização de Acervos. Salvador, EDFBA, 2005.

TAKAHASHI, Tadao (org.) *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília, MCT, 2000.

MEMORY AND CONTEMPORARY SOCIETY: pointing out tendencies

Abstracts: This reflection aims to draw attention to the need of preserving and disseminating collective experience in contemporary society as a means to maintain civilization. In this way, it points towards Social Memory, indicating its trajectory throughout human history, as well as the supports used in its registrations. As it presents aspects of contemporary society, strongly marked by the presence of new technologies, this paper tackles weak points that have jeopardized Social Memory. At the same time, it foresees an optimistic future, as following the example of the History of Mankind, in the sense of reorganizing the symbolic, which will reestablish a particular memory-society relationship, which is already possible to notice by the growing tendencies of valuation of memory institutes and democratization of historical heritage.

Keywords: Memory; Contemporary society; Preservation; Social memory.

Ângela Maria Barreto

Graduada em Biblioteconomia e Documentação (FATEA/Lorena/SP); Mestrado em Administração de Sistemas de Informação(PUCCAMP/Campinas/SP); Doutorado em Ciência da Comunicação - Ciência da Informação (ECA/USP/São Paulo/SP). Docente/Pesquisador na Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Departamento de Documentação e informação)
E-mail: ambar@ufba.br

Artigo: Recebido em: 09/06/2007 Aceito em: 30/08/2007
